

Processo : 210908-0/20
Origem : PREFEITURA CANTAGALO
Setor :
Natureza : PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL
Interessado : JOAQUIM AUGUSTO CARVALHO DE PAULA
Observação : REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2019

Senhor Coordenador-Geral,

Trata o presente processo da Prestação de Contas de Governo do Município de **CANTAGALO**, relativa ao **exercício de 2019**, sendo Chefe do Poder Executivo o **Sr. Joaquim Augusto Carvalho de Paula**.

No exame inicial dos autos, o Corpo Instrutivo sugeriu a emissão de Parecer Prévio Contrário à aprovação das Contas do Chefe do Poder Executivo, em face da irregularidade apontada às fls. 2263/2264, tendo o Conselheiro Relator, se posicionado parcialmente de acordo, transformando a impropriedade nº 8 do Corpo Instrutivo na irregularidade nº 2 em sua decisão.

Desta forma, em decisão monocrática proferida em 22/09/2020, o Exmo. Conselheiro Rodrigo Melo do Nascimento assim se manifestou:

DECISÃO MONOCRÁTICA:

Pela **COMUNICAÇÃO** ao Sr. Joaquim Augusto Carvalho de Paula, responsável pela Prestação de Contas de Governo do Município de Cantagalo, referentes ao exercício de 2019, nos termos do art. 45, § 1º, do Regimento Interno desta Corte, acrescentado pela Deliberação TCE-RJ nº 294/18, cientificando-lhe da possibilidade de obter vista dos autos e apresentar manifestação escrita, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, contado a partir da ciência desta Decisão, quanto às irregularidades apontadas pelo Corpo Técnico, pelo Ministério Público de Contas, assim como acerca da Irregularidade inserida nesta Decisão, alertando-o, desde já, de que não será admitida a apresentação de quaisquer manifestações ou defesas complementares após o esgotamento do prazo estabelecido, a saber:

a. Irregularidade nº 1 do Corpo Instrutivo e do Ministério Público de Contas:

Foi constatado o pagamento de despesas com pessoal à conta de recursos das parcelas de *royalties* da produção, não excetuadas pelas Leis nos 10.195/01 e 12.858/13, resultando em despesas vedadas pelo art. 8º da Lei nº 7.990/89.

b. Irregularidade nº 2 inserida por este Relator:

O Poder Executivo não aplicou a parcela das receitas provenientes dos *royalties* e participações especiais relativas a contratos celebrados a partir de 03/12/2012, sob os regimes de concessão, de cessão onerosa e de partilha de produção, quando a lavra ocorrer na plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva, nos percentuais previstos no art. 2º, § 3º, da Lei nº 12.858/13, no montante de 75% na área de educação e 25% na área de saúde.

De acordo com os termos da citada decisão, foi expedido o Ofício PRS/SSE/CGC 5395/2020, de 23/09/2020, o qual foi recebido em 24/09/2020, pelo próprio, via SICODI, conforme se verifica no Recibo de Entrega do Ofício à fl. 2361.

Em atendimento foi protocolada em 02/10/2020, tempestivamente, a documentação que constituiu as razões de defesa do responsável pelas presentes contas, objeto do Documento TCE-RJ nº 026.742-2/20 (fls. 2362/2412), consoante o disposto no §1º do artigo 45 do Regimento Interno deste Tribunal.

Sendo assim, em cumprimento ao disposto no §4º do art. 45 do Regimento Interno deste Tribunal, efetua-se a seguir o exame da defesa à luz da nova documentação ora apresentada.

QUANTO ÀS IRREGULARIDADES

IRREGULARIDADE N.º 01

– Foi constatado o pagamento de despesas com pessoal à conta de recursos das parcelas de *royalties* da produção, não excetuadas pelas Leis Federais n.º 10.195/01 e n.º 12.858/13, resultando em despesas vedadas pelo artigo 8º da Lei Federal n.º 7.990/89.

Razões de Defesa:

O defendente afirma, às fls. 2363/2366, que dentre as exceções às vedações de aplicações de recursos dos royalties previstas no artigo 8º da Lei Federal nº 7990/89 há a possibilidade de destinação de recursos de royalties para capitalização dos fundos de previdência, nos termos do § 2º do mencionado artigo:

Art. 8º (...)

§ 2º Os recursos originários das compensações financeiras a que se refere este artigo poderão ser utilizados também para capitalização de fundos de previdência.

Assim, destaca à fl. 2364:

(...). E foi exatamente essa a situação ocorrida no caso em comento. As despesas apontadas pelo Relatório foram efetuadas pelo Instituto de Pensão e Aposentadoria Municipal para pagamento de inativos e pensionistas, pertencentes ao Plano Financeiro, uma vez que através da Lei Municipal nº 1.169/2013 e Decreto Municipal 2.738/2013 (doc. anexos) o Poder Executivo incorporou ao patrimônio do IPAM receitas relativas às participações e compensações financeiras no resultado da exploração de petróleo, em conformidade com o art. 249 da CRFB/88.

Art. 249. Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento de proventos de aposentadoria e pensões concedidas aos respectivos servidores e seus dependentes, em adição aos recursos dos respectivos tesouros, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios

poderão constituir fundos integrados pelos recursos provenientes de contribuições e por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei que disporá sobre a natureza e administração desses fundos.

Entende, portanto, que as legislações citadas disciplinam a questão e auxiliam a autarquia municipal no seu processo de capitalização para fazer frente aos compromissos legais e institucionais.

Ressalta ainda que o plenário desta Corte de Contas, abordando matéria semelhante nos autos do Processo TCE/RJ nº 206.503-1/19 (Prestação de Contas de Governo de Cantagalo relativa ao exercício de 2018), entendeu que as informações não revelaram haver indícios de aplicações de recursos de royalties em pagamento de pessoal e de dívidas não excetadas pela Lei Federal n.º 7.990/89, com as alterações introduzidas pelas Leis Federais n.º 10.195/01 e n.º 12.858/13.

Análise:

O principal ponto a destacar da defesa é que o jurisdicionado traz aos autos nesta oportunidade a cópia da Lei Municipal nº 1.169/2013 (fl. 2393) que autorizou o Poder Executivo a incorporar ao patrimônio do Instituto de Pensão e Aposentadoria Municipal de Cantagalo as receitas relativas às participações e compensações financeiras no resultado da exploração de petróleo ou gás natural.

Sendo assim, entende esta Coordenadoria que, confirmando-se que as despesas com o pagamento de aposentadorias (R\$6.000.000,00) e pensões (R\$1.200.000,00) efetuadas pelo IPAM com recursos dos royalties estão apoiadas na mencionada Lei Municipal, conclui-se que a presente irregularidade não deve perdurar.

Conclusão:

Dessa forma, a referida irregularidade será **desconsiderada** na conclusão deste relatório.

IRREGULARIDADE N.º 02 (inserida pelo Relator)

- O Poder Executivo não aplicou a parcela das receitas provenientes dos royalties e participações especiais relativas a contratos celebrados a partir de 03/12/2012, sob os regimes de concessão, de cessão onerosa e de partilha de produção, quando a lavra ocorrer na plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva, nos percentuais previstos no art. 2º, § 3º, da Lei nº 12.858/13, no montante de 75% na área de educação e 25% na área de saúde.

Razões de Defesa:

O Prefeito de Cantagalo inicia sua defesa de fls. 2366/2377 ressaltando que antes mesmo do Executivo tomar ciência oficial do parecer prévio das Contas de Governo de 2018, em 29/10/2019, as medidas de cunho administrativo, como a segregação dos novos valores de receita dos royalties, já estavam sendo tomadas para que em seguida fosse possível a aplicação do recurso.

Em primeira providência, com base na documentação acostada às fls. 2396/2411, enviou as Mensagens n.ºs 043/2019 e 052/2019 à Câmara Municipal de Cantagalo para aprovação de Projetos de Lei para autorização de créditos adicionais especiais nos valores de R\$179.201,61 e R\$154.293,12, respectivamente, destinadas ao Fundo Municipal de Saúde e à Secretaria Municipal de Educação. Assim, tais projetos deram origem às Leis Autorizativas

n^{os} 1.519, de 28/11/2019, e 1.529, de 16/12/2019, bem como aos Decretos de abertura de créditos n^{os} 3.442/2019 e 3.449/2019.

Na sequência, aponta que muito embora a destinação da verba estivesse definida e os códigos de fontes criados, restou um curto prazo para a aplicação ainda em 2019, tendo em vista a redução das atividades relacionadas ao empenhamento das despesas a partir de 02/12/2019, conforme Decreto n.º 3437, de 11/11/2019 (fls. 2382/2387), considerando ainda que as despesas demandariam o respectivo processo administrativo de contratação.

Argumenta que do total de R\$318.925,56 em recursos recebidos resultantes da Lei Federal nº 12.858/13 considerados por esta Corte os seguintes pontos devem ser observados:

- a) desconto de 1% (um por cento) para o PASEP, ou seja, R\$3.189,26 para esta contribuição social que não poderia ser enquadrada como gasto em saúde ou educação (retenção exemplificada à fl. 2388), requerendo que seja excluído do montante recebido;
- b) a receita creditada em 24/12/2019, na importância de R\$19.585,39, que, mesmo com todos os esforços, não haveria tempo para a execução da despesa de 24/12/2019 a 30/12/2019. Assim, pede que esta parcela seja desconsiderada do montante recebido em 2019;
- c) a despesa liquidada utilizada pela equipe técnica desta Corte deveria ser substituída pela despesa empenhada, o que afetaria a despesa com saúde, fazendo-a saltar de R\$36.338,55 para R\$56.076,55.

Sendo assim, o jurisdicionado apresenta seus cálculos conforme a seguir:

Aplicação de Recursos dos <i>Royalties</i> Pré-Sal	
Descrição	Valor
Recursos Recebidos dos <i>Royalties</i> Previstos na Lei Federal n.º 12.858/2013	318.925,56
Recursos recebidos em 24/12/2019 (-)	19.595,39
1% do Pasep (-)	3.189,26
Base de cálculo	296.150,91
Aplicação Mínima na Saúde – 25%	74.037,73
Aplicação de Recursos na Saúde	56.076,55
% aplicado em Saúde	18,94%
Saldo a aplicar	17.961,18
Aplicação Mínima na Educação – 75%	222.113,18
Aplicação de Recursos na Educação	224.505,12
% aplicado em Educação	75,81%
Saldo a aplicar	0,00

Observa-se que apura a aplicação de 18,94% dos recursos na saúde e 75,81% na educação, cumprindo, neste contexto, apenas o percentual da educação.

Na sequência, traz argumentações para o saldo de R\$17.961,18 (fonte de recurso 0285 - ROYALTIES DO PETRÓLEO - VINCULADO A SAÚDE) não aplicado na saúde:

Quanto a este ponto, informamos que foram anulados os empenhos 912, 913, 914 e 938 importando o valor de R\$ 20.187,98, sendo indevidamente anulados, os empenhos 912, 913 e 914, todos da FR 0285 do Fornecedor Auto Posto Mira Ouro Ltda, empenhos estimativos. O empenho 912, do fornecedor Transjal Locação de Veículos LTDA, no valor de R\$ 8.062,00, foi anulado de forma correta, uma vez que o serviço não foi realizado, mas este saldo orçamentário e financeiro existente, era para ser empenhado o Fornecedor Auto Posto Mira Ouro Ltda, anulando o mesmo valor dos empenhos 729 – FR 0000 e 780 - FR 0004.

Esta falha administrativa não pode macular a intenção da administração municipal em alcançar os maiores índices possíveis nos gastos com saúde, ficando demonstrado o propósito do Município em empregar maior parte do valor, contudo além de não ter havido tempo hábil, ocorreram falhas pontuais de nosso Setor que influenciaram no cômputo.

Reforça em sua defesa que no Anexo 2 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2019 o município destinou para a Função 10 o total de R\$ 26.065.778,80 em despesa empenhada, considerando todas as fontes aplicadas. Ademais, complementa enfatizando que os gastos com educação e saúde do município superaram o limite constitucional e que o montante dos royalties resultantes da Lei Federal nº 12.858/13 não apresenta expressividade diante dos gastos realizados acima do mínimo constitucional.

Frisa ainda que os fatos em comento abordam uma falha administrativa sanável, tendo em vista que o recursos podem ser aplicados no exercício atual, e consigna dúvida a respeito da obrigatoriedade de aplicar os recursos da Lei Federal nº 12.858/13 no mesmo exercício do recebimento:

Convém assinalar que a Lei 12.858/2013 não traz expressa menção quanto à temporalidade para utilização das receitas na forma do art. 2º, § 3º, portanto, sua aplicação deva dar-se no mesmo exercício de ingresso da receita, como acontece com o FUNDEB. Este fato criou embaraço na interpretação do Município e acreditamos que na de outros Municípios também, gerando dúvida interpretação, sobre a qual, ponderamos ao Relator que considere ser uma impropriedade.

Por fim, cita manifestação do Ministério Público de Contas:

Importante trazer o entendimento do *Parquet* de Contas no que diz respeito à Lei nº 12.858/2013, que nos casos em que houver a não aplicação dos recursos na forma preconizada pela Lei, o fato será tratado como impropriedade nos pareceres emitidos por este *Parquet* nas contas de governo municipais, até o julgamento definitivo da ação direta de inconstitucionalidade ADI 6277, ao qual o Governo do Estado do Rio de Janeiro está questionando no STF a constitucionalidade da Lei Federal nº 12.858/2013, que impõe aos estados, Distrito Federal e municípios a obrigatoriedade de destinarem recursos dos royalties de petróleo e gás natural do pré-sal às áreas de educação básica (75%) e saúde (25%).

Análise:

Trata-se de irregularidade acrescida pelo Relator do presente processo, a qual foi abordada por este Corpo Técnico como a impropriedade nº 8.

Primeiramente, não se pode deixar de destacar a limitação administrativa proporcionada pelo Decreto n.º 3437, de 11/11/2019 (fls. 2382/2387), que dispôs sobre o encerramento orçamentário e financeiro do exercício de 2019, estabelecendo regras como restrições ao empenhamento de despesas a partir de 02/12/2019 (art. 2º). Sendo que o próprio Decreto determina no inciso II, §1º do artigo 2º que os gastos da saúde e educação estão excluídos desta regra e poderiam ser empenhados até 30/12/2019.

Em que pese o esforço da administração municipal em alguma medida para a efetivação da aplicação dos recursos em comento, como a criação dos códigos de receitas e a abertura dos créditos adicionais pelos Decretos n.ºs 3.442/2019 e 3.449/2019, verifica-se que o percentual exigido para a área da saúde não foi atingido nem mesmo com os cálculos mais favoráveis elaborados pela defesa.

O único ajuste com o qual este Corpo Técnico concorda é aquele que trata da reformulação dos cálculos com a utilização das despesas empenhadas, visto que as demais observações, abordando parcela dos recursos recebidos e desconto para o PASEP, são frágeis ou carecem de material comprobatório. Assim, expõe-se a seguir os novos dados, onde constata-se o impacto apenas nas informações relacionadas às aplicações na **saúde** (percentual alterou-se de 11,39% para 17,58%):

Aplicação de Recursos dos <i>Royalties</i> Pré-Sal	
Descrição	Valor
Recursos Recebidos dos <i>Royalties</i> Previstos na Lei Federal n.º 12.858/2013	318.925,56
Aplicação Mínima na Saúde – 25%	79.731,39
Aplicação de Recursos na Saúde	56.076,55
% aplicado em Saúde	17,58%
Saldo a aplicar	23.654,84
Aplicação Mínima na Educação – 75%	239.194,17
Aplicação de Recursos na Educação	224.505,12
% aplicado em Educação	70,39%
Saldo a aplicar	14.689,05

Fonte: Quadro F.3 – fl. 1792

Portanto, resta demonstrado que o Poder Executivo aplicou 17,58% dos recursos dos royalties previstos na Lei Federal n.º 12.858/2013 na **saúde** e manteve 70,39% na **educação**, não atendendo o disposto no § 3º, artigo 2º da mencionada Lei.

Quanto à intenção do defendente em classificar o montante dos recursos envolvidos como de menor expressividade diante dos gastos em educação e saúde acima dos limites constitucionais, entende-se que tal comparação não deve prosperar, posto que a questão principal aqui não é o valor, mas sim o oferecimento de alguma melhora nos serviços relacionados a estas duas áreas. Em relação à temporalidade da aplicação dos recursos, entende-se que cabe uma certa flexibilização neste primeiro momento, uma vez que a gestão municipal ainda demanda por ajustes.

De qualquer modo persiste a falha que este Corpo Técnico entende merecer o tratamento de impropriedade, até mesmo porque se espera que a municipalidade reveja seus procedimentos para então gerir estes recursos dentro dos parâmetros legais.

Conclusão:

Dessa forma, a referida irregularidade, considerada por este Corpo Técnico como impropriedade, será **mantida** na conclusão deste relatório.

QUANTO ÀS IMPROPRIEDADES

Em relação às impropriedades, cumpre mencionar que o jurisdicionado não apresentou razões de defesa, exceto em relação à **impropriedade nº 8**, cuja abordagem ocorreu juntamente com a irregularidade nº 2 (inserida pelo Relator) anteriormente examinada.

No entanto, em face da análise da irregularidade nº 1, em que foram acolhidas as alegações apresentadas, as impropriedades inicialmente apontadas serão mantidas na conclusão do presente, porém tratadas como **ressalvas**.

PARECER PRÉVIO

Diante do exposto e,

Considerando, com fulcro no artigo 125, incisos I e II, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, que é de competência desta Corte de Contas emitir parecer prévio sobre as contas dos municípios para a final apreciação da Câmara;

Considerando que o parecer prévio deve refletir a análise técnica das contas examinadas, ficando o julgamento das mesmas, sujeito às Câmaras Municipais;

Considerando que, nos termos da legislação em vigor, o parecer prévio do Tribunal de Contas e o subsequente julgamento pela Câmara dos Vereadores não exime a responsabilidade dos ordenadores e ratificadores de despesas, bem como de pessoas que arrecadaram e geriram dinheiro, valores e bens municipais, ou pelos quais seja o município responsável, cujos processos pendem de exame por esta Corte de Contas;

Considerando que a Lei Complementar Federal n.º 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal) impõe a adoção de medidas de caráter contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial para a administração pública, direta, autárquica e fundacional, e para as empresas dependentes de recursos do Tesouro dos municípios jurisdicionados;

Considerando que as contas de governo, constituídas dos respectivos balanços gerais do município e das demonstrações de natureza contábil, foram elaboradas com observância às disposições legais pertinentes, exceto pelas ressalvas apontadas;

Considerando a abertura de créditos suplementares e especiais com prévia autorização legislativa e com indicação dos recursos correspondentes, em observância ao inciso V, artigo 167 da Constituição Federal;

Considerando que os gastos na manutenção e desenvolvimento do ensino atenderam ao disposto no artigo 212 da Constituição Federal, bem como houve o cumprimento do artigo 21 e do artigo 22 da Lei n.º 11.494/07 em relação às despesas com recursos do Fundeb;

Considerando que os gastos com pessoal encontram-se no limite estabelecido nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar Federal n.º 101/00;

Considerando a observância da dívida pública do município aos termos da Resolução n.º 40/01, c/c a Lei Complementar Federal n.º 101/00;

Considerando que os gastos, com recursos de impostos e transferências de impostos, em ações e serviços de saúde, cumpriram o limite estabelecido pelo artigo 7º da Lei Complementar Federal n.º 141/12;

Considerando o atendimento ao artigo 29-A da Constituição Federal pelo Poder Executivo;

SUGERE-SE:

I – Emissão de **PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL** à aprovação das contas do chefe do Poder Executivo do município de **CANTAGALO, Sr. Joaquim Augusto Carvalho de Paula**, referentes ao exercício de **2019**, com as seguintes **RESSALVAS, DETERMINAÇÕES e RECOMENDAÇÃO** correspondentes:

RESSALVAS E DETERMINAÇÕES:

RESSALVA Nº 1

Não foram implantados todos os Procedimentos Contábeis Patrimoniais com prazo-limite até o exercício de 2019, conforme Cronograma de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – (Modelo 25A), estando, o município, em desacordo com os prazos estabelecidos na Portaria STN n.º 548/2015.

DETERMINAÇÃO Nº 1

Implantar os Procedimentos Contábeis Patrimoniais não implementados até o prazo-limite exercício de 2019, bem como observar a implantação dos demais nos prazos estabelecidos na Portaria STN n.º 548/2015.

RESSALVA N.º 2

Ausência de equilíbrio financeiro do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos, uma vez que foi constatado um *deficit* previdenciário de R\$169.650,30, em desacordo com a Lei Federal n.º 9.717/98.

DETERMINAÇÃO N.º 2

Promover o equilíbrio financeiro do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos, em conformidade com a Lei Federal n.º 9.717/98.

RESSALVA N.º 3

As despesas a seguir, classificadas na função 12 – Educação, não foram consideradas no cálculo do limite dos gastos com a educação, por serem vedadas a sua execução com recursos de impostos e transferência de impostos, em desacordo com os artigos 70 e 71 da Lei n.º 9.394/96 c/c a Lei 11.494/07:

Data do empenho	N.º do empenho	Histórico	Credor	Subfunção	Fonte de recurso	Valor – R\$
24/10/2019	2092	Fornecimento de espaço e buffert para 300 pessoas com café da manhã e almoço para o 2 seminário sob o título o valor da cultura empreendedora no espaço escolar e na vida da comunidade.	Valderez Maria da Conceição Vicente.	361	Próprios	10.050,00
TOTAL						10.050,00

DETERMINAÇÃO N.º 3

Observar a correta classificação das despesas na função 12 – Educação, em atendimento aos artigos 70 e 71 da Lei n.º 9.394/96.

RESSALVA N.º 4

Quanto ao encaminhamento das informações sobre os gastos com educação e saúde, para fins de limite constitucional, utilizando como recurso a fonte ordinários.

DETERMINAÇÃO N.º 4

Para que sejam utilizados, nos gastos com educação e saúde, para fins de limite constitucional, apenas fonte de recursos de impostos e transferências de impostos, de modo a atender plenamente ao estabelecido no artigo 212 da Constituição Federal, bem como no artigo 7º da Lei Complementar Federal n.º 141/12.

RESSALVA N.º 5

O valor do *superavit* financeiro para o exercício de 2020 apurado na presente prestação de contas (R\$132.557,61) é superior ao registrado pelo município no balancete do Fundeb (R\$131.652,81), resultando numa diferença de R\$904,80.

DETERMINAÇÕES N.º 5

a- Observar a correta movimentação dos recursos do Fundeb, com vistas ao cumprimento do artigo 21 da Lei 11.494/07 c/c o artigo 85 da Lei n.º 4.320/64;

b- Providenciar o ressarcimento, no valor de R\$904,80, à conta do Fundeb, com recursos ordinários, a fim de se resgatar o equilíbrio financeiro da conta, em atendimento aos preceitos da Lei n.º 11.494/07, especialmente do seu artigo 21.

RESSALVA N.º 6

A despesa a seguir, classificadas na função 10 – Saúde, não foi considerada no cálculo do limite dos gastos com a saúde, por não ser considerada como ações e serviços públicos, conforme artigo 4º da Lei Complementar n.º 141/12;

Data do empenho	N.º do empenho	Histórico	Credor	Subfunção	Fonte de recurso	Valor – R\$
29.03.2019	288	Estimativa para pagamento de multas federais relacionadas aos veículos do FMS	Ministério da Justiça e Segurança pública	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Ordinários	4.874,35

Data do empenho	N.º do empenho	Histórico	Credor	Subfunção	Fonte de recurso	Valor – R\$
29.03.2019	289	Estimativa para pagamento de multas estaduais relacionadas aos veículos do FMS	Banco Bradesco S/A	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Ordinários	3.059,06
TOTAL						7.933,05

DETERMINAÇÃO N.º 6

Observar a correta contabilização das despesas na função 10 – Saúde, em atendimento ao artigo 4º da Lei Complementar n.º 141/12 c/c com inciso II do artigo 50 da Lei Complementar n.º 101/00.

RESSALVA N.º 7

Inconsistência na apropriação dos recursos oriundos dos Royalties nos respectivos códigos de receitas previstos no Ementário da Receita anexo ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, com reflexo no Demonstrativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Anexo 10 da Lei nº 4.320/64.

DETERMINAÇÃO Nº 7

Observar a correta apropriação dos recursos dos Royalties nos códigos de receita previstos no Ementário da Receita anexo ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP.

RESSALVA Nº 8

O Poder Executivo aplicou 11,39% dos recursos dos royalties previstos na Lei Federal n.º 12.858/2013 na saúde e 70,39% na educação, não atendendo o disposto no § 3º, artigo 2º da Lei Federal nº 12.858/13.

DETERMINAÇÃO Nº 8

Observar a correta aplicação dos recursos recebidos dos royalties do pré-sal, decorrentes da Lei Federal nº 12.858/13.

RESSALVA N.º 9

O município não cumpriu integralmente às obrigatoriedades estabelecidas na legislação relativa aos portais da transparência e acesso à informação pública

DETERMINAÇÃO N.º 9

Implementar ações, visando ao pleno atendimento às exigências, estabelecidas na Lei Complementar Federal nº 131/09, Lei Complementar Federal nº 101/00, Lei Federal nº 12.527/11 e no Decreto Federal nº 7.185/10, no que couber, relativas aos portais de transparência.

RESSALVA Nº 10

O município não cumpriu integralmente as determinações exaradas anteriormente por esta Corte.

DETERMINAÇÃO N.º 10

Observar o fiel cumprimento das determinações exaradas por esta Corte.

RECOMENDAÇÃO

Para que o município atente para a necessidade do uso consciente e responsável dos recursos dos *royalties*, priorizando a alocação dessas receitas na aplicação de programas e ações voltadas para o desenvolvimento sustentável da economia local, bem como, busque alternativas para atrair novos investimentos de forma a compensar as possíveis perdas de recursos futuros.

II – COMUNICAÇÃO, com base §1º do artigo 26 do Regimento Interno do TCE-RJ, aprovado pela Deliberação n.º 167/92, ao **atual responsável pelo controle interno** da Prefeitura Municipal de **Cantagalo**, para que tome ciência da decisão deste Tribunal e atue de forma a cumprir adequadamente a sua função de apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional, prevista no artigo 74 da CRFB/88 e no art. 59 da LRF, pronunciando-se, nas próximas contas de governo, de forma conclusiva quanto aos fatos de ordem orçamentária, financeira, patrimonial e operacional que tenham contribuído para os resultados apurados, de modo a subsidiar a análise das contas por este tribunal, apresentando Certificado de Auditoria quanto à Regularidade, Regularidade com Ressalva ou Irregularidade das contas, apontando, ainda, quais foram as medidas adotadas no âmbito do controle interno, no sentido de alertar a administração municipal quanto às providências a serem implementadas para a melhoria da gestão governamental, além de apresentar a análise das determinações e recomendações exaradas por este Tribunal nas Contas de Governo.

III – COMUNICAÇÃO, com base §1º do artigo 26 do Regimento Interno do TCE-RJ, aprovado pela Deliberação n.º 167/92, ao **Sr. Joaquim Augusto Carvalho de Paula**, atual Prefeito Municipal de **Cantagalo** para que seja alertado:

a) quanto ao fato de que, ainda durante a atual legislatura, ocorrerão novas auditorias de monitoramento da gestão dos créditos tributários, para atestação da implementação das medidas recomendadas ou determinadas por este Tribunal, e seus resultados serão considerados para avaliação de sua gestão, quando da apreciação das próximas Contas de Governo;

b) quanto à metodologia de verificação do cumprimento do limite mínimo constitucional relativo à aplicação de recursos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, a ser utilizada na Prestação de Contas de Governo a partir do exercício de 2020, encaminhada a esta Corte no exercício de 2021, a qual passará a ser considerada, para fins de aferição do cumprimento

do art. 212 da Constituição Federal – aplicação de 25% da receita resultante de impostos e de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino – somente as despesas efetivamente pagas no exercício, de modo a interpretar a expressão “despesas realizadas” constante do art. 70 da Lei Federal nº 9.394/96 como as despesas públicas efetivadas após o cumprimento das três etapas previstas na Lei Federal nº 4.320/64: empenho, liquidação e pagamento;

c) quanto ao fato de que, para as contas de governo municipais referentes ao exercício de 2020, a serem apreciadas por esta Corte no exercício de 2021, as despesas com aquisição de uniformes e afins, custeadas pelo Município, ainda que distribuídos indistintamente a todos os alunos, serão consideradas despesas de natureza assistencial, razão pela qual não mais poderão ser consideradas no cômputo da base de cálculo do limite mínimo constitucional de 25% (vinte e cinco por cento), consignado no art. 212 da Constituição Federal, assim como não poderão mais ser financiadas com recursos do FUNDEB;

d) para **providenciar o ressarcimento**, no valor de R\$904,80, referente à diferença entre o superavit financeiro do exercício de 2019 apurado na presente Prestação de Contas e o registrado no balancete encaminhado pelo município ajustado neste relatório, com recursos ordinários, à conta do Fundeb, a fim de se resgatar o equilíbrio financeiro da conta, em atendimento aos preceitos da Lei n.º 11.494/07, especialmente do seu artigo 21.

e) quanto à necessidade de providenciar a abertura de conta específica distinta daquela em que se encontram os recursos do Tesouro, bem como, garantir que os recursos serão transferidos ao órgão responsável pela Educação nos prazos estabelecidos no § 5º do artigo 69 da Lei Federal nº 9.394, de 20.12.1996, com ciência de que as regras estabelecidas da referida Lei serão objeto de verificação e acompanhamento nas próximas contas de governo.

f) quanto à metodologia de verificação do cumprimento do limite mínimo constitucional, relativo à aplicação de 15% da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal, em ações e serviços públicos de saúde, a ser utilizada na Prestação de Contas de Governo a partir do exercício de 2020, encaminhada a esta Corte no exercício de 2021, a qual passará a ser considerada, para fins de aferição do cumprimento do artigo 7º da Lei Complementar Federal n.º 141/12, as despesas liquidadas e efetivamente pagas no exercício, bem como os restos a pagar processados e não processados até o limite da disponibilidade de caixa do respectivo fundo no exercício.

g) quanto ao fato de que, para as contas de governo municipais referentes ao exercício de 2021, a serem apreciadas por esta Corte no exercício de 2022, as vedações impostas pelo art. 8º da Lei nº 7.990/89 – que veda a aplicação de recursos de royalties em pagamento de dívida e no quadro permanente de pessoal, excetuado o pagamento de dívidas para com a União e suas entidades, bem como excepcionado o custeio de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, inclusive as relativas a pagamento de salários e outras verbas de natureza remuneratória a profissionais do magistério em efetivo exercício na rede pública – aplicam-se à todas as compensações financeiras devidas pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, quais sejam: Royalties Gerais – Lei Federal n.º 9.478/97, art.48; Royalties Excedentes – Lei 9.478/97, art.49; Royalties em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas – Lei Federal n.º 12.351/2010, art. 42-B; Participações Especiais – Lei Federal n.º 9.478/97, art. 50.

3ªCAC, 08/10/2020

JOSÉ ROBERTO GOMES DE SOUSA
Assessor
Matrícula 02/003557

Senhor Subsecretário-Adjunto da SSR,

De acordo com a informação precedente, sugiro a emissão de **PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL** à aprovação das Contas de Governo do Município de **Cantagalo**, referentes ao **EXERCÍCIO DE 2019**, de responsabilidade do Excelentíssimo Prefeito, **Sr. Joaquim Augusto Carvalho de Paula**.

3ªCAC, 08/10/2020

MATEUS ALDIN MARTINS
Coordenador-Geral
Matrícula 02/004425

Senhora Secretária-Geral de Controle Externo,

De acordo com a informação precedente, sugiro a emissão de **PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL** à aprovação das Contas de Governo do Município de **Cantagalo**, referentes ao **EXERCÍCIO DE 2019**, de responsabilidade do Excelentíssimo Prefeito, **Sr. Joaquim Augusto Carvalho de Paula**.

SSR, 08/10/2020

JULIO CESAR DOS SANTOS MARTINS
Subsecretário-Adjunto
Matrícula 02/003536



DE ACORDO com a manifestação da ***Subsecretaria de Auditoria e Controle da Gestão e da Receita – SSR.***

Ao **GAP/NDG**, em prosseguimento.

SGE, 08/10/2020

TALITA DOURADO SCHWARTZ
Secretária-Geral
Matrícula 02/004239